

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano XCV • Nº 148

Poder Legislativo

Recife, terça-feira, 4 de setembro de 2018

Audiência Pública discute papel do Ministério Público após Constituição de 1988

Segundo debatedores, o trabalho do órgão precisa ser mais democratizado

Como os cidadãos podem participar mais na atuação do Ministério Público? Essa pergunta motivou o debate “30 Anos de Constituição: Qual o Ministério Público que queremos?”, realizado, ontem, pela Comissão de Cidadania em conjunto com o Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Pernambuco (SINDSEMPPE). Segundo os palestrantes, o trabalho do Ministério Público precisa se democratizar tanto nas suas instâncias internas como na relação com a sociedade para atender às demandas que lhe foram atribuídas pela Constituição de 1988.

Uma dos temas abordados no debate foi que a escolha de procuradores gerais de justiça possa ser expandida dentro do Ministério Público. O Projeto de Lei nº 1984/2018 permitiu, por exemplo, que os promotores do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) sejam eleitos para o Conselho Superior do órgão, e não apenas



FOTO: JARBAS ARAÚJO

TEMÁTICA - Uma dos temas abordados foi o processo de escolha dos procuradores gerais de justiça

os membros que já chegaram ao cargo de procurador.

“Essa medida está na vanguarda dessa discussão em todo o Brasil, e é um primeiro passo para que depois servidores administrativos também possam participar das decisões do MP”, ressaltou Tony Távora, presidente da Associação Nacional dos Servidores do Ministério Público (ANSEMP). Ele defendeu, ainda, uma democratização mais radical: que o cargo de Procurador-Geral possa ser de sufrágio

universal. “Os governadores indicam o nome para o cargo representando o povo que os elegeram. Eu proponho que não haja mais esse intermediário, o que dará mais legitimidade e controle para o povo e evitará comportamentos autocráticos dentro da instituição”, explicou Távora, que é servidor do Ministério Público do Ceará.

“Nos últimos anos, o Ministério Público não fez as reformas necessárias para dar as respostas que a sociedade espera. Temos um

novo conteúdo do MP com a Constituição de 1988, mas uma velha estrutura e uma velha mentalidade institucional. Essa é a marca de nossa crise”, considerou Marcelo Goulart, promotor de Justiça de São Paulo, também chamado para ser palestrante no evento.

“A sociedade precisa participar da eleição de prioridades, da elaboração de planos e programas e fiscalizar o funcionamento da instituição. E precisamos superar a estruturação em co-

marcas, que não é adequada para combater o crime organizado ou fiscalizar políticas públicas”, exemplificou o promotor paulista. Márcio Berclaz, promotor de Justiça do Paraná, deu outro exemplo: “a população não tem como participar da decisão em criar uma promotoria criminal ou de proteção a direitos constitucional num determinado local”.

“Depois de três décadas da Constituição de 1988, a posição da sociedade em relação às instituições demo-

cráticas é de desconfiança, buscando até mesmo soluções autoritárias e anacrônicas. Por isso trouxemos nomes que defendem uma radicalização da democracia no Ministério Público para este evento”, salientou Fernando Ribamar, presidente do SINDSEMPPE.

Presidente da Comissão de Cidadania, o deputado Edilson Silva (PSOL) revelou a preocupação de que a atuação do Ministério Público, principalmente em nível federal, possa se tornar “mais punitivista e criminalizar setores mais vulneráveis da sociedade”. “O Ministério Público cumpre um papel fundamental na sociedade, que eu como deputado e ativista de esquerda sei o quanto é importante. Mas precisamos construir um equilíbrio que preserve tanto a democracia quanto o papel institucional do MP”, avaliou o parlamentar. O evento também teve a participação dos deputados Sérgio Leite (PSC) e Teresa Leitão (PT).

Cultura

Prefeitura de Limoeiro recebe Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca

A Assembleia Legislativa concedeu, ontem, em Reunião Solene, o Prêmio Prefeitura Amiga da Biblioteca. A iniciativa é de autoria da presidente da Comissão de Educação, deputada Teresa Leitão (PT), e prevê a entrega anual de diploma e troféu a até quatro municípios que promovam a instalação e a manutenção de bibliotecas. Cada um dos premiados representa uma

macrorregião do Estado. A prefeitura homenageada ontem foi a de Limoeiro, representante do Agreste, por indicação do deputado Aluísio Lessa (PSB).

O município, localizado a 77 quilômetros da Capital, tem uma população de aproximadamente 56 mil habitantes. “Direcionando a administração para um apoio firme à leitura, a prefeitura destinou espaços públicos ao

funcionamento de bibliotecas escolares, com profissionais de educação para atendimento aos usuários”, destacou a deputada Teresa Leitão, que presidiu a cerimônia.

Aluísio Lessa afirmou que a Prefeitura de Limoeiro tem investido fortemente na educação. “O setor tem sido prioridade. Além das bibliotecas escolares e municipal, a cidade possui um equipamento vinculado ao

Serviço Social da Indústria (Sesi), oferecendo grande número de livros e revistas, além de laboratório de Informática”, pontuou. O secretário de Cultura Limoeiro, Geraldo Muniz, agradeceu a homenagem da Assembleia. “Mesmo com dificuldades financeiras, nossa gestão tem conseguido se destacar na área da educação, com atenção especial para as bibliotecas”, ressaltou.



FOTO: JARBAS ARAÚJO

INICIATIVA - Deputado Aluísio Lessa indicou o município



AMORIM - "É preciso aprender essa lição, para que não se repita"



TERESA - "O passado transformado em cinzas"



DIAS - "Por mais que se tente reconstruir, o acervo foi destruído"

Parlamentares lamentam incêndio que destruiu Museu Nacional

Deputados defenderam mais atenção para instituições museológicas

Deputados repercutiram, na Reunião Plenária, o incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, durante a madrugada de ontem. Odacy Amorim (PT) pediu mais atenção de governantes e legisladores para instituições museológicas, enquanto Teresa Leitão (PT) relacionou o fato à "precarização dos serviços públicos, especialmente em

relação à ciência e à cultura". Já Romário Dias (PSD) considerou a tragédia "um dos maiores crimes da história do Brasil".

Para Odacy Amorim, o incêndio "destruiu a memória de séculos da história brasileira". Ele fez um apelo ao governador Paulo Câmara, ao Congresso Nacional e demais governantes para que cuidem dessas instituições. "Eu me soli-

darizo com todos que gostam e cuidam da cultura e têm uma preocupação com a questão dos museus e da nossa história. É preciso aprender essa lição amarga, para que não se repita", assinalou o deputado, que também comentou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela cassação do registro de candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Na condição de presidente da Comissão de Educação da Alepe, Teresa Leitão leu nota da Secretaria Nacional de Cultura do PT sobre o incêndio. O documento cita dificuldades anteriores geradas a partir da falta de recursos para a manutenção do museu, que teriam sido agravadas com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 55/2016, a chamada PEC do

Teto dos Gastos Públicos. "Em um País onde se congela por 20 anos os investimentos em saúde, educação e cultura, até o passado se transforma em cinzas", agregou ela, que leu texto de Rui da Cruz Júnior, servidor do Museu Nacional.

Romário Dias também lamentou incêndio. "É uma coisa irreparável. Por mais que se tente reconstruir, o acervo foi destruído. Temos

que acompanhar de perto e pedir a todos brasileiros e não brasileiros que tenham qualquer documento que trata da história deste País para que encaminhem às bibliotecas dos Estados para tentarmos refazer parte do acervo", sugeriu. Em discurso no Grande Expediente, o parlamentar ainda registrou eventos políticos promovidos no Interior do Estado durante o fim de semana.

Mobilidade urbana

Proposta de criação de Frente Parlamentar volta a causar divergências

O deputado Edilson Silva (PSOL) usou a tribuna, ontem, para criticar os parlamentares que se opõem à proposta de criação da Frente Parlamentar em Defesa da Mobilidade Metropolitana, de autoria dele. O psolista citou, nominalmente, Lucas Ramos (PSB) e Isaltino Nascimento (PSB), os quais acusou de "interditar o debate" na Assembleia. Ramos chamou a afirmação de "factóide", e se defendeu alegando já existirem instâncias na Casa para discutir o tema.

Pela quarta vez, a proposta de instalação do colegiado deixou de ser apreciada no Plenário por não haver o mínimo de 25 deputados presentes durante a discussão da Ordem do Dia. A questão já havia provocado divergências em reuniões anteriores. "O deputado Lucas Ramos lidera uma campanha contra o debate na Alepe", acusou



ORDEM DO DIA - Votação foi adiada por falta de quorum

Silva, repetindo que irá "denunciar com veemência" os parlamentares que se opuserem à criação da Frente Parlamentar. "O Poder Legislativo tem um papel que ultrapassa a visão míope de determinadas maiorias conjunturais. É a Casa do Povo, onde as minorias têm de ter direito", pontuou.

"Fico surpreso que o deputado Edilson Silva suba à tribuna para vender factóides", respondeu Lucas Ramos, lembrando já ter se disposto a receber debates sobre o tema na Comissão de Administração Pública, que ele preside. "Não há nenhuma influência, minha ou do deputado Isaltino

Nascimento, no sentido de obstruir a matéria. Temos um posicionamento contrário por entendermos que esta Casa já tem todos os canais e fóruns necessários para discutir o assunto", acrescentou.

PROFISSIONAIS DE SAÚDE - Edilson Silva ainda aproveitou o Pequeno Expediente para prestar solidariedade a profissionais aprovados em concurso da Secretaria Estadual de Saúde de 2014 que ainda não foram convocados. Eles acompanharam a Reunião Plenária das galerias. "Recebam todo o nosso apoio. O nosso mandato está à disposição", disse o psolista. A deputada Teresa Leitão (PT) também se dirigiu aos aprovados: "Os serviços de saúde estão com lacunas e a população precisa ter o atendimento ampliado. É preciso convocar esses profissionais".

Saúde

Antônio Moraes busca saída para impasse entre MPF e médicos do Sertão

Em discurso no Pequeno Expediente de ontem, o deputado Antônio Moraes (PP) convocou os parlamentares a discutir, junto ao Ministério da Saúde, formas de solucionar impasse envolvendo o Ministério Público Federal (MPF) e os médicos contratados por prefeituras do Sertão do Estado. Resolução da instituição, que exige o cumprimento das 40 horas semanais de trabalho estabelecidas pela legislação, estaria desagradando os profissionais da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que teriam ameaçado abandonar os postos de trabalho.

Segundo Moraes, prefeitos de municípios da região – como Exu, Salgueiro e Parnamirim – relatam dificuldades em preencher vagas destinadas a médicos por conta da extensão da carga horária exigida. A situação



PREJUÍZO - Sem assistência

estaria interferindo na assistência prestada nos postos. "Nessa quebra de braço entre médicos e MPF, é penalizada a população, que não está sendo atendida. Sugiro que a gente busque o Ministério da Saúde para encontrar uma saída", propôs.

Lei

LEI Nº 16.413, DE 3 DE SETEMBRO DE 2018.

Dispõe sobre a responsabilidade das concessionárias de serviços públicos no recebimento de faturas e cobranças no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que, a Assembleia Legislativa aprovou, o Governador do Estado, nos termos do § 3º do art. 23 da Constituição Estadual, sancionou, e eu, Presidente do Poder Legislativo, nos termos do § 8º do mesmo artigo, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º As concessionárias de serviços públicos, tais como de energia elétrica, água e esgotamento sanitário, telefonia e gás natural, são obrigadas a disponibilizar pontos de pagamento de faturas e cobranças, nos seguintes quantitativos mínimos:

I - 4 (quatro) pontos de pagamento, nos municípios com até 10.000 (dez mil) habitantes;

II - 8 (oito) pontos de pagamento nos municípios com até 20.000 (vinte mil) habitantes;

III - 12 (doze) pontos de pagamento nos municípios com até 30.000 (trinta mil) habitantes;

IV - 16 (dezesseis) pontos de pagamento nos municípios com até 40.000 (quarenta mil) habitantes;

V - 20 (vinte) pontos de pagamento nos municípios com até 50.000 (cinquenta mil) habitantes; e,

VI - 20 (vinte) pontos de atendimento, nos municípios com mais de 50.000 (cinquenta mil habitantes), sendo acrescidos 2 (dois) pontos de pagamento a cada fração igual ou inferior a 5.000 (cinco mil) habitantes.

§ 1º As concessionárias poderão atender aos quantitativos estabelecidos no *caput* mediante pontos de pagamento próprios ou rede bancária credenciada, incluindo casas lotéricas.

§ 2º É vedada a cobrança de multas e juros de mora ou a interrupção do serviço por falta de pagamento, em caso de descumprimento do quantitativo mínimo de pontos de pagamento.

Art. 2º Todos os direitos do consumidor já instituídos deverão ser observado nos pontos para o recebimento de faturas ou contas, em especial os direitos de prioridade de idosos, gestantes, lactantes, pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida ou comprometida.

Art. 3º O tempo máximo de espera nos postos de pagamento é de:

I - 15 (quinze) minutos, em dias normais; e,

II - 30 (trinta) minutos:

a) nos 5 (cinco) primeiros dias úteis de cada mês; ou,

b) em véspera ou dia imediatamente seguinte a feriados.

§ 1º No momento de sua chegada, o consumidor receberá senha ou protocolo, com número de ordem, data e horário.

§ 2º É obrigatória a instalação de relógio, em local visível ao consumidor, preferencialmente na entrada do estabelecimento, a fim de possibilitar a avaliação do cumprimento ao disposto neste artigo.

Art. 4º A infração ao disposto nesta Lei sujeita o infrator, conforme o caso, às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas, previstas e regulamentadas nos arts. 56 a 60 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 5º A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções decorrentes de infrações às normas nela contidas, mediante procedimento administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Joaquim Nabuco, Recife, 3 de setembro do ano de 2018, 202º da Revolução Republicana Constitucionalista e 196º da Independência do Brasil.

ERIBERTO MEDEIROS
Presidente

O PROJETO QUE ORIGINOU ESTA LEI É DE
AUTORIA DO DEPUTADO EVERALDO CABRAL - PP

Ato

ATO Nº. 876/18

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 399/2018, do **Deputado Beto Accioly**, **RESOLVE**: exonerar a servidora **MARIA CLARA SAMPAIO FERREIRA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de setembro de 2018, nomeando para o referido cargo, **JURANDIR DE ARAUJO OLIVEIRA**, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 3 de setembro de 2018.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 877/18

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 400/2018, do **Deputado Beto Accioly**, **RESOLVE**: exonerar o servidor **EDMILSON PARANHOS DE MAGALHÃES NETO**, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar, símbolo PL-SPC, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de setembro de 2018, nomeando para o referido cargo, **FABIANA PEDROSA CAMPOS PARANHOS**, nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 3 de setembro de 2018.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 878/18

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 92/2018, do **Deputado Joel da Harpa**, **RESOLVE**: exonerar e nomear os servidores do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.º 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
CLIVIELLY GOMES CARNEIRO DURVAL	Assessor Especial / PL-ASC		—
RODRIGO LUIZ DOS SANTOS BARBOSA	Assessor Especial / PL-ASC		—
FÁBIO RICARDO DE OLIVEIRA RABIN		Assessor Especial / PL-ASC	50,85%
INGRID LUENNE SILVA RODRIGUES		Assessor Especial / PL-ASC	20,95%

Sala Torres Galvão, 3 de setembro de 2018.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº 879/18

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 097/2018, da **Deputada Laura Gomes**, **RESOLVE**: exonerar o servidor **EDILSON CASSIMIRO DA SILVA**, do cargo em comissão daquele Gabinete Parlamentar, atribuindo-lhe a gratificação de representação, conforme planilha abaixo, nos termos da Lei nº 11.614/98, com as alterações que lhes foram dadas pelas Leis n.º 12.347/03, 13.185/07, 15.161/13 e 15.985/17.

NOME	CARGO DE EXONERAÇÃO	CARGO DE NOMEAÇÃO	GRAT.
GILDENE MARIA MARTINS	Secretário Parlamentar / PL-SPC		—
ESTEVÃO DE BRITTO RAMOS	Secretário Parlamentar / PL-SPC		—
JOSENILDO COELHO DE SOUZA		Secretário Parlamentar / PL-SPC	0%
JOSÉ SEVERINO DE MELO		Secretário Parlamentar / PL-SPC	38%

Sala Torres Galvão, 3 de setembro de 2018.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

ATO Nº. 880/18

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XII, Art. 64 do Regimento Interno, e tendo em vista o contido no Ofício nº 044/2018, do **Deputado Francimar Pontes**, **RESOLVE**: exonerar o servidor **EDILSON CASSIMIRO DA SILVA**, do cargo em comissão de Assessor Especial, símbolo PL-ASC, nomeando para o referido cargo, **LUIZ WILAME NUNES VENÂNCIO**, atribuindo-lhe a gratificação de representação de 40% (quarenta por cento), nos termos da Lei nº 11.641/99, com alteração que lhe foi dada pela Lei nº 13.245/07, 15.161/13 e 15.985/17.

Sala Torres Galvão, 3 de setembro de 2018.

Deputado **ERIBERTO MEDEIROS**
Presidente

Ordem do Dia

Nonagésima Primeira Reunião Ordinária da Quarta Sessão Legislativa Ordinária da Décima Oitava Legislatura, realizada em 04 de setembro de 2018, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5184/2018
Autor: Dep. Edilson Silva
(Discussão Encerrada)

Solicita que seja criada a Frente Parlamentar em defesa da Mobilidade Metropolitana, nos termos do art. 278-A do Regimento Interno desta Casa Legislativa, tendo como coordenador-geral o Deputado Edilson Silva e como membros a deputada Teresa Leitão e os deputados Odacy Amorim, Bispo Ossesio Silva e Rodrigo Novaes, cujo objetivo será discutir o planejamento e a gestão da mobilidade urbana na Região Metropolitana do Recife.

Votação Nominal

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: Presidente, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Vice-Presidente**, Pastor Cleiton Collins; **2º Vice-Presidente**, Deputado Romário Dias; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Júlio Cavalcanti; **4º Secretário**, Deputado Álvaro Porto; **1º Suplente**, Deputado Augusto César; **2º Suplente**, Deputada Socorro Pimentel; **3º Suplente**, Deputado Henrique Queiroz; **4º Suplente**, Deputado André Ferreira. **Procurador-Geral** - Hélio Lúcio Dantas Da Silva; **Superintendente-Geral** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Fabiana da Silveira Xavier; **Superintendente Administrativo** - Ana Cecília Soares Bezerra; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Cristiane Alves de Lima Santana; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Bráulio José de Lira Clemente Torres; **Chefe do Cerimonial** - Franklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Tenente Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Mardoqueu Julio da Silva; **Chefe do Departamento de Imprensa** - Isabelle Costa Lima; **Editora** - Verônica Barros; **Subeditoras** - Cláudia Lucena e Helena Castro de Alencar; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Ivanna Castro, Luciano Galvão Filho e Geanne Gouveia (**estagiária**); **Fotografia:** Roberto Soares (**Gerente de Fotografia**), Breno Laprovitera (**Edição de Fotografia**), Giovanni Costa, Lourival Maia, Sabrina Nóbrega; **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br.



Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

Quórum para Aprovação: Maioria Absoluta

DIÁRIO OFICIAL DE - 27/06/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5282/2018

Autor: Dep. Edilson Silva
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos à Escola de Formação Quilombo dos Palmares - EQUIP, reverenciada na pessoa de sua diretora geral Joana Santos Pereira, pelos 30 anos de atuação na formação de educadores e educadoras populares e junto aos jovens dos nove estados da Região Nordeste.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/08/2018

Votação em Único Turno dos Requerimentos nºs 5283/2018 e 5284/2018

Autores: Dep. Sérgio Leite, Dep. Ricardo Costa
(Discussão Encerrada)

Voto de Pesar pelo falecimento do ator, diretor, escritor teatral, professor e dramaturgo José Pimentel, ocorrido em 14 de agosto de 2018, aos 84 anos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/08/2018

Discussão Única do Requerimento nº 5285/2018

Autor: Dep. João Eudes

Solicita que seja realizado um Grande Expediente em caráter Especial no dia 24 de outubro de 2018, com o objetivo de comemorar a Semana Nacional e Estadual de Ciência e Tecnologia, de acordo com a Lei nº 13.176, de 27 de dezembro de 2006.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5286/2018

Autor: Dep. Lucas Ramos
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos a Associação Petrolinense de Atletismo (APA) pelos seus 15 anos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/08/2018

Discussão Única do Requerimento nº 5287/2018

Autor: Dep. Ricardo Costa

Voto de Aplausos a Oftalmox Hospital de Olhos, pela conquista do Prêmio Folha Inova, instituído pela Folha de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5288/2018

Autora: Dep. Laura Gomes
(Discussão Encerrada)

Solicita que seja realizado um Grande Expediente em caráter Especial, no dia 26 de setembro do corrente ano, em comemoração a culminância dos 10 anos do trabalho desenvolvido no âmbito da formação à luz dos Direitos Humanos e da Mediação comunitária realizada pela Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, através da Secretaria Executiva de Direitos Humanos e do Programa de Mediação de Conflitos.

DIÁRIO OFICIAL DE - 15/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5290/2018

Autora: Dep. Laura Gomes
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos à Sra. Rita de Cássia Guaraná Belo, pela realização do *IV Encontro Nacional do Movimento de Mulheres Cegas e de Baixa Visão* que acontecerá em Aracaju no período de 17 a 19 de agosto do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/08/2018

Votação em Único Turno do Parecer de Redação Final nº 6673/2018

Autora: Comissão de Redação Final
(Discussão Encerrada)

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 1999/2018, de autoria do Poder Executivo que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública estadual.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Parecer de Redação Final nº 6674/2018

Autora: Comissão de Redação Final
(Discussão Encerrada)

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 2031/2018, de autoria do Poder Executivo que autoriza, em caráter excepcional, repasse de recursos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco ao Poder Executivo Estadual.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Segundo Turno do Projeto de Lei Ordinária nº 2000/2018

Autor: Poder Executivo
(Discussão Encerrada)

Altera a Lei nº 15.690, de 18 de dezembro de 2015, que autoriza a celebração de acordos com credores de precatórios judiciais mediante aplicação de deságio sobre o valor devido.

Regime de Urgência

Parecer Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 20/06/2018

Votação em Segundo Turno do Substitutivo nº 01/2018 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1902/2018

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autora do Projeto: Deputada Priscila Krause
(Discussão Encerrada)

Altera o § 2º do art. 9º da Lei Estadual nº 14.804, de 29 de outubro de 2012, que regula o acesso a informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências, a fim de estabelecer prazo de resposta recursal a ser observado pelos órgãos e entidades da administração estadual.

Pareceres Favoráveis das 2ª, 3ª e 11ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 10/05/2018

Votação em Segundo Turno do Projeto de Lei Ordinária nº 1909/2018

Autora: Deputada Teresa Leitão
(Discussão Encerrada)

Denomina de Escola Técnica Estadual Chico Science, a unidade escolar, situada no bairro de Rio Doce, ao lado da Escola Regular Compositor Antônio Maria, no Município de Olinda, neste Estado.

Pareceres Favoráveis das 1ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 10/04/2018

Votação em Primeiro Turno do Substitutivo nº 01/2018 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1689/2017

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autora do Projeto: Deputada Simone Santana
(Discussão Encerrada)

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir a Festa da Cana de Açúcar do município de Ferreiros.

Pareceres Favoráveis das 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 13/06/2018

Votação em Primeiro Turno do Substitutivo nº 01/2018 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1705/2017

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autora do Projeto: Deputada Priscila Krause
(Discussão Encerrada)

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir a Semana Estadual do Profissional da Moda.

Pareceres Favoráveis das 3ª, 5ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 13/06/2018

Votação em Primeiro Turno do Substitutivo nº 01/2018 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1860/2018

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Deputado Ricardo Costa
(Discussão Encerrada)

Obriga os estabelecimentos privados comerciais, no âmbito do Estado de Pernambuco, que possuem ou venham possuir banheiros adaptados ao uso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a disponibilizar alarme de emergência, e dá outras providências.

Pareceres Favoráveis das 2ª, 3ª, 11ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 16/05/2018

Votação em Primeiro Turno do Projeto de Lei Ordinária nº 1990/2018

Autor: Poder Executivo
(Discussão Encerrada)

Modifica a Lei nº 11.514, de 29 de dezembro de 1997, que dispõe sobre infrações, penalidades e procedimentos específicos na área tributária, relativamente às infrações referentes ao selo fiscal.

Parecer Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª, 7ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/06/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5291/2018

Autor: Dep. Aluísio Lessa
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos ao Padre Arlindo Laurindo de Matos Júnior pelo recebimento da Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar 2018.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5292/2018

Autor: Dep. Aluísio Lessa
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos a Quadrilha Junina Lumiar na pessoa do Sr. Fábio Andrade, pelo primeiro lugar no Festival de Quadrilhas Juninas da Globo 2018.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/08/2018

Votação em Único Turno do Parecer de Redação Final nº 6702/2018

Autora: Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação
(Discussão Encerrada)

Oferece Redação Final ao Projeto de Lei Ordinária nº 2008/2018, de autoria do Poder Executivo que estabelece as diretrizes orçamentárias do Estado de Pernambuco para o exercício de 2019, nos termos dos arts. 37, inciso XX; 123, § 2º; 124, § 1º, inciso I, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 31, de 2008; e 131, da Constituição do Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 28/08/2018

Votação em Primeiro Turno do Projeto de Lei Ordinária nº 2016/2018

Autor: Poder Executivo
(Discussão Encerrada)

Altera o artigo 10 da Lei nº 16.275, de 26 de dezembro de 2017, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Pernambuco para o exercício financeiro de 2018.

Regime de Urgência

Parecer Favoráveis das 1ª e 2ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 03/08/2018

Votação em Primeiro Turno do Projeto de Lei Ordinária nº 2020/2018

Autor: Poder Executivo
(Discussão Encerrada)

Autoriza a concessão de subvenção social em favor da Associação casa do Estudante de Pernambuco.

Regime de Urgência

Pareceres Favoráveis das 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 08/08/2018

Votação em Primeiro Turno do Substitutivo nº 01/2017 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1426/2017

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Deputado Beto Accioly
(Discussão Encerrada)

Acresce o art. 2º-A da Lei nº 15.553, de 15 de julho de 2015, que determina a disponibilização de leitos apropriados para pessoas com deficiência de locomoção ou com mobilidade reduzida em hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados e dá outras providências, a fim de vedar a cobrança de valor adicional em decorrência do uso das unidades habitacionais adaptadas.

Pareceres Favoráveis das 2ª, 3ª, 10ª, 11ª e 12ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 21/09/2017

Votação em Primeiro Turno do Substitutivo nº 01/2018 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1687/2017

Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça
Autor do Projeto: Deputado Waldemar Borges
(Discussão Encerrada)

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir o Dia Estadual de Conscientização sobre a Mielomeningocele.

Pareceres Favoráveis das 2ª, 3ª, 5ª e 9ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 13/06/2018

Votação em Primeiro Turno do Substitutivo nº 01/2018 ao Projeto de Lei Ordinária nº 1717/2017

Autor: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Autor do Projeto: Deputado Beto Accioly

(Discussão Encerrada)

Altera a Lei nº 16.241, de 14 de dezembro de 2017, que cria o Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas do Estado de Pernambuco, define, fixa critérios e consolida as Leis que instituíram Eventos e Datas Comemorativas Estaduais, a fim de incluir o Semana Estadual de Conscientização sobre o consumo de medicamentos Anorexígenos.

Pareceres Favoráveis das 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 9ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 13/06/2018

Votação em Único Turno da Indicação nº 12244/2018

Autor: Dep. Adalto Santos

(Discussão Encerrada)

Apelo à Secretária Municipal de Saúde e ao Secretário Estadual de Saúde no sentido de viabilizarem melhorias para o posto de saúde no Alto do Sol Nascente, no município de Olinda.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno da Indicação nº 12245/2018

Autor: Dep. Adalto Santos

(Discussão Encerrada)

Apelo ao Diretor de Infraestrutura Hídrica do Instituto Agronômico de Pernambuco no sentido de viabilizar o abastecimento de água potável para o município de São Caetano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno da Indicação nº 12246/2018

Autor: Dep. Adalto Santos

(Discussão Encerrada)

Apelo ao Diretor de Infraestrutura Hídrica do Instituto Agronômico de Pernambuco no sentido de viabilizar o abastecimento de água potável para o município de Poção.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno da Indicação nº 12247/2018

Autor: Dep. Adalto Santos

(Discussão Encerrada)

Apelo ao Diretor de Infraestrutura Hídrica do Instituto Agronômico de Pernambuco no sentido de viabilizar o abastecimento de água potável para o município de Sanharó.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno da Indicação nº 12248/2018

Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

(Discussão Encerrada)

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde do Estado no sentido de solicitar visitas dos Agentes Comunitários de Saúde, nas casas dos moradores do município de Ipojuca, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno da Indicação nº 12249/2018

Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

(Discussão Encerrada)

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde do Estado no sentido de solicitar visitas dos Agentes Comunitários de Saúde, nas casas dos moradores do município de Escada, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno da Indicação nº 12250/2018

Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

(Discussão Encerrada)

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde no sentido de solicitar visitas dos Agentes Comunitários de Saúde, nas casas dos moradores do município de Gravatá, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno da Indicação nº 12251/2018

Autor: Dep. Pedro Serafim Neto

(Discussão Encerrada)

Apelo ao Governador do Estado e ao Secretário de Saúde do Estado no sentido de solicitar visitas dos Agentes Comunitários de Saúde, nas casas dos moradores do município de Cupira, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno da Indicação nº 12252/2018

Autor: Dep. Álvaro Porto

(Discussão Encerrada)

Apelo ao Governador do Estado, ao Secretário dos Transportes e ao Presidente do DER no sentido de instalarem redutores eletrônicos de velocidade na Rodovia PE-177, no trecho que corta o distrito de Vila Nova localizado no município de Quipapá.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5293/2018

Autor: Dep. Sérgio Leite

(Discussão Encerrada)

Solicita que seja realizado um Grande Expediente em caráter Especial no dia 12 de setembro em homenagem aos 46 anos de fundação do Colégio Anita Gonçalves.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5294/2018

Autor: Dep. Sérgio Leite

(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos com os moradores de Carpina, pela passagem dos 90 anos de emancipação política, que ocorrerá no dia 11 de setembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5295/2018

Autor: Dep. Sérgio Leite

Voto de Aplausos ao povo de Arcoverde pela passagem dos 90 anos de emancipação política, que ocorrerá no dia 11 de setembro do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5296/2018

Autor: Dep. Isaltino Nascimento

(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos a professora e escritora águas-belense Valdemira Albuquerque, destaque na **25ª Bienal Internacional do Livro de São Paulo**, pelo lançamento do seu livro ***Emoções em Poesia - Decantando o Nordeste***.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno dos Requerimentos n°s 5297/2018 e 5304/2018

Autores: Dep. Ricardo Costa e Dep. Sérgio Leite

(Discussão Encerrada)

Voto de Pesar pelo falecimento do ex-deputado Antônio Mariano de Brito, ocorrido no dia 20 de agosto do corrente, em Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5298/2018

Autor: Dep. Ricardo Costa

(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos a todas Autoridades Militares e Eclesiástica: Capitão de Fragata (MB) Omar Salles de Almeida, Coronel PMPE Ney Rodrigo Lima Ribeiro, Tenente-Coronel PMPE Carlos Henrique Costa Ferraz, Tenente-Coronel PMPE Paulo Fernandes Matos, Tenente-Coronel BMPE Paulo Henrique de Freitas Oliveira, Major PMPE Dillion Balduino da Silva, Major PMPE Sávia Nunes de Oliveira Campos, Major Capelão ACPMB Gilberto Cabral da Costa, Capitão PMPE Carlos Renato Oliveira Cavalcanti, Capitão PMPE Débora Melo Pereira da Silva, 3º SGT PMPE Ulisses Simplício, 3º Sargento PMPE Paulo Trajano Souza, Soldado PMPE Bruno Castelo Branco de Lyra, Soldado PMPE Glaciene de Araújo Zegas, Pastores: José Geraldo da Fonseca, Pastor Wagner Manoel da Silva, Pastor Edson Arcelino dos Santos, que irão ser agraciadas com a Medalha Comemorativa aos 500 anos da Reforma Protestante, a solenidade ocorrerá no dia 27 de Agosto de 2018, na quadra do CPM – Colégio da Polícia Militar de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5299/2018

Autor: Dep. Henrique Queiroz

(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos para a Associação dos Garçons de Frei Miguelinho pela realização da XXIII Festa dos Garçons , tendo como homenageado ex-garçom José Paulo Alves, o Paulinho da Saúde.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5300/2018

Autora: Dep. Teresa Leitão

(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos ao Dom Antonio Fernando Saburido, O.S.B., Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Olinda e Recife, pela passagem dos 25 anos do Movimento Pró-criança (MPC).

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5301/2018

Autor: Dep. José Humberto Cavalcanti

(Discussão Encerrada)

Solicita que seja transcrito nos anais desta Casa o artigo: ***O Terceiro Turno***, de autoria do ex-Governador Gustavo Krause, publicado no Caderno Opiniões no Jornal do Comércio do dia 19 de agosto do corrente ano.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5302/2018

Autor: Dep. Sérgio Leite

(Discussão Encerrada)

Solicita que seja realizado um Grande Expediente em caráter Especial com o povo do Paulista, pela passagem dos 83 anos de fundação, dia 5 de setembro de 2018.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5303/2018

Autora: Dep. Laura Gomes

(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos à diretora do Hospital Agamenon Magalhães, Dra.Cláudia Miranda, pela significativa redução na mortalidade materna no Estado de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5305/2018

Autor: Dep. Edilson Silva

(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos à Aliança de Mães e Famílias Raras (AMAR) por seus cinco anos de atuação no acolhimento e orientação sobre os direitos de pessoas com doenças raras.

DIÁRIO OFICIAL DE - 22/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5306/2018

Autor: Dep. Zé Maurício

(Discussão Encerrada)

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 18 de setembro do ano corrente ano, em homenagem aos 39 anos de fundação do Jardim Botânico do Recife.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/08/2018

Discussão Única do Requerimento nº 5307/2018

Autor: Dep. Zé Maurício

(Discussão Encerrada)

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 5 de setembro do corrente ano, em homenagem aos 100 anos de fundação do Clube de Engenharia de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5308/2018

Autor: Dep. Zé Maurício

(Discussão Encerrada)

Solicita que seja realizada uma Reunião em caráter Solene no dia 11 de setembro do corrente ano, em homenagem aos 47 anos de fundação da Companhia Pernambucana de Saneamento.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5309/2018
Autora: Dep. Laura Gomes
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos a Onildo Almeida pela comemoração dos 61 anos da música de sua composição *A feira de Caruaru*.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/08/2018

Votação em Único Turno do Requerimento nº 5310/2018
Autora: Dep. José Humberto Cavalcanti
(Discussão Encerrada)

Voto de Aplausos pela criação do Instituto Histórico e Geográfico em Limoeiro.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/08/2018

Atas

ATA DA OCTOGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 27 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS.

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS VINÍCIUS LABANCA E ADALTO SANTOS

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS DE 27 DE AGOSTO DE 2018, NO PLENÁRIO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS DO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLODOALDO MAGALHÃES, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, EVERALDO CABRAL, ISALTINO NASCIMENTO, JADEVAL DE LIMA, JOÃO EUDES, JULIO CAVALCANTI, LAURA GOMES, LUCAS RAMOS, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, PRISCILA KRAUSE, ROMÁRIO DIAS, SÉRGIO LEITE, TERESA LEITÃO, TONY GEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, JUSTIFICADAS AS AUSÊNCIAS DOS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, ANDRÉ FERREIRA, BETO ACCIOLY, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DIOGO MORAES, ERIBERTO MEDEIROS, FRANCISMAR PONTES, HENRIQUE QUEIROZ, JOAQUIM LIRA, JOEL DA HARPA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, MARCANTÔNIO DOURADO, NILTON MOTA, PAULINHO TOMÉ, RICARDO COSTA, ROBERTA ARRAES, RODRIGO NOVAES, ROGÉRIO LEÃO, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA E SOCORRO PIMENTEL, O DEPUTADO VINÍCIUS LABANCA ABRE A REUNIÃO. OCUPAM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS LUCAS RAMOS E ADALTO SANTOS, RESPECTIVAMENTE. AATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DO CORRENTE É LIDA, SUBMETIDA À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, APROVADA, ASSINADA E ENVIADA À PUBLICAÇÃO. O EXPEDIENTE É LIDO, ASSINADO E ENVIADO À PUBLICAÇÃO. O DEPUTADO ADALTO SANTOS ASSUME A PRESIDÊNCIA, PARABENIZA O DEPUTADO VINÍCIUS LABANCA PELO ANIVERSÁRIO DE VIDA COMPLETADO HOJE E ANUNCIA MINUTO DE SILENCIO PELO FALECIMENTO DO EX-DEPUTADO GERALDO COELHO, O QUE SE FAZ INCONTINENTI. INICIA O PEQUENO EXPEDIENTE. O DEPUTADO ODACY AMORIM RELATA ATUAÇÃO DE GERALDO COELHO NESTA CASA E DEMONSTRA PESAR COM O FALECIMENTO DO SARGENTO PM CLÉCIO DE ARRUDA MARQUES. A DEPUTADA LAURA GOMES REGISTRA A PASSAGEM HOJE DO DIA DO PSICÓLOGO. O DEPUTADO ANTÔNIO MORAES RELATA EPISÓDIOS DE GERALDO COELHO COMO DEPUTADO DESTA PODER E DEFENDE ALTERAÇÃO EM NORMAS COM O PROPÓSITO DE REDUÇÃO DE VALORES DE PUNIÇÕES APLICADAS A PREFEITOS EM RAZÃO DE DESCUMPRIMENTO DE LIMITES PARA GASTOS COM PESSOAL DETERMINADOS PELA LRF. INICIA O GRANDE EXPEDIENTE. O DEPUTADO LUCAS RAMOS TECE HISTÓRICO DA RELAÇÃO PESSOAL E POLÍTICA COM O EX-DEPUTADO GERALDO COELHO. INICIA A ORDEM DO DIA. SÃO APROVADOS EM TURNO ÚNICO AS INDICAÇÕES 12232 A 12243. ANUNCIADA A VOTAÇÃO EM TURNO ÚNICO DO REQUERIMENTO 5184/2018, O DEPUTADO EDILSON SILVA FAZ ENCAMINHAMENTO PELA APROVAÇÃO DO MESMO. VOTAM “SIM” OS DEPUTADOS ALUÍSIO LESSA, ÁLVARO PORTO, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLODOALDO MAGALHÃES, EDILSON SILVA, EVERALDO CABRAL, JADEVAL DE LIMA, JOÃO EUDES, JULIO CAVALCANTI, ODACY AMORIM, PRISCILA KRAUSE, TERESA LEITÃO E TONY GEL (13 VOTOS), VOTAM “NÃO” OS DEPUTADOS LAURA GOMES, LUCAS RAMOS E ROMÁRIO DIAS (3 VOTOS) E DEIXAM DE VOTAR OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, ANDRÉ FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETO ACCIOLY, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DIOGO MORAES, DR. VALDI, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, FRANCISMAR PONTES, HENRIQUE QUEIROZ, ISALTINO NASCIMENTO, JOAQUIM LIRA, JOEL DA HARPA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, MARCANTÔNIO DOURADO, NILTON MOTA, PASTOR CLEITON COLLINS, PAULINHO TOMÉ, PEDRO SERAFIM NETO, RICARDO COSTA, ROBERTA ARRAES, RODRIGO NOVAES, ROGÉRIO LEÃO, SÉRGIO LEITE, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, VINÍCIUS LABANCA, WALDEMAR BORGES, ZÉ MAURÍCIO E ADALTO SANTOS, ESTE EM VIRTUDE DO DISPOSTO NO ARTIGO 65, INCISO IV, ALÍNEA “C”, DO REGIMENTO INTERNO (33 PARLAMENTARES). CONSTATANDO NÃO HAVER QUÓRUM SUFICIENTE PARA VOTAÇÃO, O PRESIDENTE ANUNCIA O ADIAMENTO DA VOTAÇÃO DO REQUERIMENTO 5184/2018 E DISCUSSÃO DAS PROPOSTAS PREVISTAS PARA TANTO COM ADIAMENTO DE VOTAÇÃO DESTAS E DAS RESTANTES. ANUNCIADA A DISCUSSÃO ÚNICA DOS PARECERES DE REDAÇÃO FINAL 6673 E 6674; A SEGUNDA DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 2000/2018, DO SUBSTITUTIVO 1/2018 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 1902/2018 E DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 1909/2018; A PRIMEIRA DISCUSSÃO DO SUBSTITUTIVO 1/2018 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 1689/2017, DO SUBSTITUTIVO 1/2018 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 1705/2017, DO SUBSTITUTIVO 1/2018 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 1860/2018 E DO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA 1990/2018; E A DISCUSSÃO ÚNICA DOS REQUERIMENTOS 5291/2018 E 5292/2018, NÃO HÁ QUEM QUEIRA DISCUTIR. INICIA A COMUNICAÇÃO DE LIDERANÇAS. O DEPUTADO EDILSON SILVA DEMONSTRA INSATISFAÇÃO COM O FATO DO REQUERIMENTO 5184/2018 AINDA NÃO TER SIDO APROVADO E ANUNCIA QUE DIVULGARÁ PESSOALMENTE CADA PARLAMENTAR QUE VOTAR CONTRA A PROPOSTA. SÃO ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO AS INDICAÇÕES 12253/2018 A 12255/2018 E OS REQUERIMENTOS 5311/2018 A 5318/2018. O PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, SOLENE, PARA AS 18 HORAS DE HOJE NO AUDITÓRIO SENADOR SÉRGIO GUERRA. REPUBLICAÇÃO.

ATA DA OCTOGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2018, ÀS 10 HORAS.

PRESIDÊNCIA DOS DEPUTADOS DIOGO MORAES, TONY GEL E LAURA GOMES

ÀS 10 HORAS DE 29 DE AGOSTO DE 2018, NO PLENÁRIO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS DO EDIFÍCIO GOVERNADOR MIGUEL ARRAES DE ALENCAR, PRESENTES OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, ALUÍSIO LESSA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, ERIBERTO MEDEIROS, HENRIQUE QUEIROZ, ISALTINO NASCIMENTO, JADEVAL DE LIMA, LAURA GOMES, MARCANTÔNIO DOURADO, PRISCILA KRAUSE, ROGÉRIO LEÃO, ROMÁRIO DIAS, SÉRGIO LEITE, TONY GEL E ZÉ MAURÍCIO, JUSTIFICADAS AS AUSÊNCIAS DOS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, BETO ACCIOLY, CLAUDIANO MARTINS FILHO, DR. VALDI, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, JOÃO EUDES, JOAQUIM LIRA, JOEL DA HARPA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, JULIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, NILTON MOTA, ODACY AMORIM, PASTOR CLEITON COLLINS, PAULINHO TOMÉ, PEDRO SERAFIM NETO, RICARDO COSTA, ROBERTA ARRAES, RODRIGO NOVAES, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, VINÍCIUS LABANCA E WALDEMAR BORGES, O DEPUTADO DIOGO MORAES ABRE A REUNIÃO. OCUPAM AS CADEIRAS DE PRIMEIRO-SECRETÁRIO E SEGUNDO-SECRETÁRIO OS DEPUTADOS LAURA GOMES E TONY GEL, RESPECTIVAMENTE. AS ATAS DAS REUNIÕES PLENÁRIAS DE ONTEM SÃO LIDAS, SUBMETIDAS À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, APROVADAS, ASSINADAS E ENVIADAS À PUBLICAÇÃO. O EXPEDIENTE É LIDO, ASSINADO E ENVIADO À PUBLICAÇÃO. INICIA O PEQUENO EXPEDIENTE. O DEPUTADO ISALTINO NASCIMENTO ANUNCIA MUDANÇA EM EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO PARA O PREENCHIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE SANITARISTA DA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE CONSISTENTE EM EXIGÊNCIA DE GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA EM ATENDIMENTO A PLEITO DE ESTUDANTES E GRADUADOS DA UFPE, DA UPE E DO CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA ALMEIDA. O PRESIDENTE REGISTRA ANIVERSÁRIO DE VIDA HOJE DO DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ. O DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES SAÚDA ALUNOS E PROFESSORES DA ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR JOÃO BARBOSA DE ALMEIDA, DE SÃO VICENTE FÉRRER, PRESENTES NAS GALERIAS, OS QUAIS, A CONVITE DO PRESIDENTE, QUE OS CUMPRIMENTA, SOBEM À ÁREA DA MESA DOS TRABALHOS, ONDE SÃO ENTREGUES PUBLICAÇÕES AOS GESTORES DA UNIDADE EDUCACIONAL. O PRESIDENTE SUSPENDE A REUNIÃO POR 10 MINUTOS PARA OS PREPARATIVOS NO AUDITÓRIO SENADOR SÉRGIO GUERRA DO GRANDE EXPEDIENTE ESPECIAL DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSÁRIO DE 60 ANOS DE FUNDAÇÃO DA RÁDIO CULTURA DO NORDESTE, DE INICIATIVA DA DEPUTADA LAURA GOMES. O DEPUTADO TONY GEL ASSUME A PRESIDÊNCIA E REABRE A REUNIÃO. COMPÕEM A MESA DOS TRABALHOS A DEPUTADA LAURA GOMES; COMPOSITOR, CANTOR, ARRANJADOR, MUSICISTA, POETA E RADIALISTA ONILDO ALMEIDA, SÓCIO-PROPRIETÁRIO DA RÁDIO CULTURA DO NORDESTE; E JONAS CRISTIAN, DIRETOR COMERCIAL DA RÁDIO CULTURA DO NORDESTE. O PRESIDENTE ENALTECE ONILDO ALMEIDA POR SUA TRAJETÓRIA MUSICAL E DESTACA O ANIVERSÁRIO DA RÁDIO CULTURA DO NORDESTE. ASSUME A PRESIDÊNCIA A DEPUTADA LAURA GOMES, QUE APONTA A IMPORTÂNCIA DA RÁDIO PARA AS FESTAS POPULARES DE CARUARU E DISCORRE SOBRE O LEGADO DE ONILDO ALMEIDA, COM INTERVENÇÕES DO DEPUTADO TONY GEL. ONILDO ALMEIDA DEMONSTRA ORGULHO COM SUAS COMPOSIÇÕES MUSICAIS, APONTA O DIRECIONAMENTO DE SEU TRABALHO NA DIVULGAÇÃO DE CARUARU, RECORDA ENCONTROS COM ARTISTAS DE RENOME E ENTOA CANÇÕES. A PRESIDENTA DISCORRE SOBRE A MÚSICA DO HOMENAGEADO. ONILDO ALMEIDA ANUNCIA PALESTRA POR ELE PROFERIDA SOBRE A VIDA DE LUIZ GONZAGA. A PRESIDENTA APONTA A IMPORTÂNCIA CULTURAL DE LUIZ GONZAGA. É ENVIADA À PUBLICAÇÃO A INDICAÇÃO 12257/2018. A PRESIDENTA ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, ORDINÁRIA, PARA A PRÓXIMA SEGUNDA-FEIRA NO HORÁRIO REGIMENTAL NESTE PLENÁRIO.

Expediente

NONAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 2018.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 6732 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Projeto de Ordinária nº 1709.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6733 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Ordinária nº 1764.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6734 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Ordinária nº 1772.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6735 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Ordinária nº 1775.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6736 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Ordinária nº 1777.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6737 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Ordinária nº 1778.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6738 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Ordinária nº 1791.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6739 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Ordinária nº 1793.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECER Nº 6740 - DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA opinando favorável ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Ordinária nº 1941.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

PARECERES NºS 6741 E 6742 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO opinando favorável aos Projetos nºs 1823 e 2003.

À Imprimir.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 333/2018 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando em devolução, no prazo previsto no artigo 23, § 3º, da Constituição do Estado, o Projeto de Lei Ordinária nº 1963/2018.

Inteirada.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 71/2018 - DA PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DE APOIO JURÍDICO-LEGISLATIVO AO GOVERNADOR encaminhando, em devolução, o autógrafo, da Lei Ordinária nº 16.402, datada de 21.08.2018, da Lei Ordinária nº 16.401, datada de 24.08.2018, das Leis Ordinárias nº 16.405 a 166.407, datadas de 28.08.2018, e da Lei Ordinária nº 16.412, datada de 29.08.2018.

Inteirada.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 1007/2018 - DO DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 7036/17, autoria do Deputado Rogério Leão.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 082/2018 - DO SECRETÁRIO EXECUTIVO DE COORDENAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento a acerca da Indicação nº 11888, de autoria do Deputado Clodoaldo Magalhães.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 349, 350, 352 E 353/2018 - DA CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento a acerca das Indicações nºs 11604, 11725, 11717 e 11720, de autoria do Deputado Bispo Ossésio Silva.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 672/2018 - DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento a acerca da Indicação nº 10821, de autoria do Deputado Álvaro Porto.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 709/2018 - DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento a acerca da Indicação nº 11834, de autoria do Deputado Henrique Queiroz.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 730/2018 - DO SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento a acerca da Indicação nº 11738, de autoria do Deputado Sílvio Costa Filho.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 1/2018 - DO SUPERINTENDENTE REGIONAL EM PERNAMBUCO DO MINISTÉRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA prestando esclarecimento acerca do Requerimento nº 5266, de autoria do Deputado Eduino Brito.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 1035/2018 - DO DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 9214, autoria do Deputado Henrique Queiroz.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIOS NºS 1040 E 1041/2018 - DO DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 12175 e 12174, autoria da Deputada Simone Santana.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

X X X X X X X X X X

OFÍCIO Nº 102/2018 - DO SECRETÁRIO DE TURISMO, ESPORTES E LAZER DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 12109, autoria do Deputado Ricardo Costa.

Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

XXXXXXXXXX

COMUNICADOS NºS 018200 A 018299 - DO PRESIDENTE DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO informando a liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Às 2ª e 5ª Comissões.

XXXXXXXXXX

Mensagem

MENSAGEM Nº 64/2018

Recife, 20 de agosto de 2018.

Senhor Presidente,

Valho-me do ensejo para encaminhar à apreciação dessa Egrégia Assembleia a Proposta de Emenda Constitucional que altera o § 1º do art. 72 da Constituição do Estado de Pernambuco, que fixa os requisitos para nomeação do cargo de Procurador-Geral do Estado, para estabelecer que tal cargo deverá ser livremente nomeado pelo Governador dentre os integrantes da própria carreira da Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE-PE).

A motivação da proposição normativa ora encaminhada, em grande medida, advém da experiência institucional acumulada pela PGE-PE ao longo dos anos desde sua criação em 1990, com a edição da Lei Complementar nº 2, de 20 de agosto de 1990, que a consolidou como uma instituição imprescindível à concepção e à efetivação das políticas públicas governamentais.

Conforme estabelecido pela Constituição Federal de 1988 e pela Constituição Estadual de 1989, a PGE-PE é uma instituição permanente essencial à administração da justiça, a quem compete realizar a advocacia de estado, comprometida com o interesse público e a ordem jurídica, de modo a orientar a prática dos atos governamentais e prevenir aqueles que possam representar ofensa ao interesse público e/ou à ordem jurídica.

A institucionalização da advocacia de estado forte requer a criação de condições favoráveis a que a PGE-PE possa realizar o controle da legalidade e da constitucionalidade dos atos do Poder Executivo, bem como a representação judicial e extrajudicial do Estado de Pernambuco, sem que sofra interferências externas na execução de suas funções institucionais. A nomeação de um Procurador do Estado de carreira para o cargo de Procurador-Geral, nesse sentido, constitui um passo fundamental para que a autonomia técnica e a excelência dos serviços prestados pela PGE-PE frutifiquem e se consolidem ainda mais, bem assim para que a carreira de advocacia de estado se apresente ainda mais atrativa e institucionalmente relevante.

É de se destacar que tal proposta não compromete a discricionariedade administrativa do chefe do Poder Executivo Estadual. Primeiro, porque a presente PEC decorre da iniciativa do próprio Governador do Estado. Segundo, porque a liberdade de nomeação está assegurada no universo dos mais de duzentos Procuradores do Estado, entre ativos e inativos. Terceiro, porque a PGE-PE, desde há muito tempo, figura como instituição essencial na formulação das principais decisões administrativas e políticas estaduais, de modo que quanto maior sua autonomia técnico-jurídica, maior será a segurança e consistência dos atos praticados pelo Governo do Estado.

Em outras palavras, uma administração planejada, racional, moderna e estratégica, como a que tem caracterizado o modelo de gestão do Estado de Pernambuco nos últimos anos, não pode prescindir de uma advocacia de estado competente e profissional, que efetivamente norteie as ações de governo, propiciando a um só tempo a realização dos interesses do povo pernambucano e a observância dos princípios do Estado de Direito e das leis vigentes.

Ressalte-se que a alteração ora proposta, de limitar a nomeação do cargo de Procurador-Geral aos membros integrantes da PGE-PE, já foi adotada pela maioria dos Estados da Federação, havendo vários deles disciplinado o processo de escolha do Procurador-Geral dentre os membros da carreira, seja através da própria Constituição Estadual, seja através da respectiva Lei Orgânica da Procuradoria de Estado. A título meramente ilustrativo, enumeramos alguns dos Estados em cuja Constituição tal regra foi prevista: Rio de Janeiro (art. 176, § 1º), Rio Grande do Sul (art. 117, caput), Rio Grande do Norte (art. 87), Paraíba (art. 138), Minas Gerais (art. 128, § 1º), São Paulo (art. 100, parágrafo único), Piauí (art. 150, § 1º), Maranhão (art. 103, § 1º) e Goiás (art. 118, §1º).

Por fim, não se pode deixar de registrar que os últimos três Procuradores-Gerais da PGE-PE foram escolhidos dentre os membros da carreira, o que só vem a corroborar o acerto e a importância da medida e os ganhos institucionais para o Governo do Estado.

As razões expostas, e a importância da proposição, induzem-me à convicção de que se empenhará à proposta o apoio indispensável à sua aprovação.

Certo da compreensão dos membros que compõem essa Casa, na apreciação do Projeto de Emenda Constitucional que ora submeto à sua consideração, reitero a Vossa Excelência e seus Ilustres Pares os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de agosto de 2018.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
Deputado ERIBERTO MEDEIROS
DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
NESTA

Proposta de Emenda à Constituição Nº 14/2018

Ementa: Altera o § 1º do art. 72 da Constituição Estadual.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 72.”

§ 1º A Procuradoria-Geral do Estado tem por chefe o Procurador-Geral do Estado, de livre nomeação pelo Governador, dentre os Procuradores integrantes da carreira, ativos estáveis ou inativos, maiores de trinta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e ilibada reputação, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional. (NR)

.....”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS,
em 22 de agosto de 2018.

PAULO HENRIQUE SARAIVA CÂMARA
Governador do Estado

À 1ª Comissão.

Projeto

Projeto de Lei Ordinária Nº 2037/2018

Ementa: Dispõe sobre as penalidades administrativas aplicáveis a quem divulgar ou compartilhar informação sabidamente falsa ou incompleta no âmbito do Estado de Pernambuco.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECRETA:

Art. 1º A divulgação ou compartilhamento, por qualquer meio, de informação sabidamente falsa ou incompleta, que cause prejuízo a pessoas físicas ou jurídicas ou que afete interesse público relevante no âmbito do Estado de Pernambuco, constitui infração administrativa sujeita às penalidades previstas nesta Lei.

Art. 2º Para fins desta Lei, considera-se infrator:

I - quem elabora a informação falsa ou incompleta ou com ela colabora de qualquer forma, conhecendo a finalidade a que se destina;

II - quem divulga ou compartilha a informação falsa ou incompleta em meio impresso, eletrônico, televisivo ou por radiodifusão, sem indicação da fonte primária; ou

III - quem utiliza ou programa *softwares* ou quaisquer outros mecanismos automáticos de propagação ou elaboração de comunicação em ambientes virtuais, com a finalidade de gerar notícias ou informações falsas, distorções ou alterações de conteúdo.

Art. 3º Não caracteriza infração ao disposto no art. 1º:

I - o compartilhamento de informação falsa ou incompleta em redes sociais ou aplicativos de dispositivos móveis quando:

a) não estiver caracterizada a intenção do agente propagador de prejudicar a honra ou imagem alheias ou de afetar interesse público relevante;

b) o agente propagador não tiver conhecimento da falsidade da notícia; ou

c) o agente propagador manifestar que se trata de sua opinião sobre o assunto;

II - a publicação de informação em qualquer veículo de comunicação social, por jornalistas registrados, nos termos do art. 4º do Decreto-lei Federal nº 972, de 17 de outubro de 1969, ou por quem exerça a atividade jornalística profissionalmente; ou

III - a publicação com evidente ou previamente informado cunho humorístico.

Art. 4º Sem prejuízo das sanções civis e penais definidas em normas específicas, o descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator à penalidade de multa, a ser fixada no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), graduada conforme as circunstâncias da infração e os prejuízos causados.

§ 1º Em caso de reincidência, o valor da penalidade de multa será aplicado em dobro.

§ 2º Os valores limites de fixação da penalidade de multa prevista neste artigo serão atualizados, anualmente, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou índice previsto em legislação federal que venha a substituí-lo.

Art. 5º A fiscalização do disposto nesta Lei será realizada pelos órgãos públicos competentes, nos respectivos âmbitos de atribuições, os quais serão responsáveis pela aplicação das sanções, nos termos da legislação vigente, mediante procedimento administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º Caberá ao Poder Executivo regulamentar a presente Lei em todos os aspectos necessários para a sua efetiva aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificativa

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre as penalidades administrativas aplicáveis a quem divulgar ou compartilhar informação sabidamente falsa ou incompleta no âmbito do Estado de Pernambuco.

Em resumo, a proposição visa instituir um novo mecanismo de combate à divulgação de *fake news*, problema que se encontra na pauta de discussões nacionais. Com efeito, na era da informação, a disseminação de conteúdos falsos assume potencial devastador na esfera da honra ou intimidade das vítimas, com reflexos, inclusive, nos resultados de processos políticos-eleitorais.

É verdade que o ordenamento jurídico já concebe algumas sanções aplicáveis aos responsáveis pela divulgação de informações falsas. Na esfera civil, os atingidos pelo teor de informações falsas podem se valer do Poder Judiciário para obtenção de provimentos que cessem a divulgação das notícias pelos provedores de acesso à internet e promovam a indenização pelos danos materiais e morais cometidos pelo infrator (art. 927 e ss. do Código Civil). Na esfera penal, embora não exista um tipo específico que criminalize a divulgação de *fake News*, os responsáveis costumam ser enquadrados nos crimes de calúnia, injúria ou difamação (arts. 138, 139 e 140 do Código Penal).

No entanto, tais instrumentos ainda se mostram insuficientes ou pouco eficientes, surgindo a necessidade de se coibir a disseminação de *fake news* por meio da previsão de sanções administrativas a serem aplicadas pelo Estado.

Cumprido destacar que a medida constitui uma espécie de manifestação do poder de polícia estatal. Em sentido amplo, o poder de polícia contempla a função legislativa e administrativa que busca condicionar ou restringir o uso de bens, o exercício de atividades e o gozo de direitos em prol do bem estar da coletividade. Assim, proposição encontra amparo na autonomia administrativa do Estado-membro, com fundamento nos arts. 18, *caput*, e 25, § 1º, da Constituição Federal.

Por outro lado, não existe óbice à iniciativa parlamentar, uma vez que a proposição não se insere nas hipóteses de iniciativa do Poder Executivo previstas no art. 19, § 1º, da Constituição Estadual.

Diante do exposto, solicito o valoroso apoio dos Nobres Parlamentares da Assembleia Legislativa para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Reuniões, em 30 de agosto de 2018.

Simone Santana
Deputada

Às 1ª, 3ª, 10ª, 11ª e 12ª Comissões.

Parecer de Comissão

Parecer Nº 6743/2018

COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR
Projeto de Lei Ordinária nº. 1979/2018

Autoria: Poder Executivo

EMENTA: Autoriza a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica. **Aprovado**

1 Relatório

Vem a esta Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, para a análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº. 1979/2018, de autoria do Poder Executivo.

O Projeto de Lei, em análise, autoriza a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.

2. Parecer do Relator

Essa proposição está em consonância com o art. 19, *caput*, §1º, I da Constituição Estadual, na esfera de iniciativa de lei reservada, privativamente, ao Governador do Estado.

A proposição tem por finalidade, autorizar a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco – CONDEPE/FIDEM, a ceder, com encargo, o direito de uso do imóvel que indica.

Segundo o Projeto de Lei, referida medida visa ceder, com encargo, pelo prazo de 10 (dez) anos, imóvel situado na Praça Professor Barreto Campello, nº 1238, bairro da Torre, Recife, para a Associação de Famílias para o Bem-estar e Tratamento da Pessoa com Autismo (AFETO).

Segundo a justificativa, referida cessão irá viabilizar a construção da sede da AFETO, entidade sem fins lucrativos, que presta serviços de interesse público, por meio da divulgação do Transtorno do Espectro Autista, conscientização e tratamento de crianças, adolescentes e adultos e da inclusão social e melhoria da qualidade de vida para os atendidos e suas famílias.

Isto posto, opino no sentido de que o Parecer desta Comissão seja pela **aprovação**.

Laura Gomes
Deputado

3. Conclusão da Comissão

Diante das considerações, a Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular opina pela **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº. 1979/2018, de autoria do Poder Executivo.

Sala da Comissão de Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular, em 3 de setembro de 2018.

Presidente: Edilson Silva.

Relator : Laura Gomes.

Favoráveis os (3) deputados: Edilson Silva, Laura Gomes, Sérgio Leite.

Indicações

Indicação Nº 12258/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura do Estado, **Wellington Batista da Silva**, no sentido de incluir no Programa de Desenvolvimento de Ações Específicas voltadas as Culturas da Agricultura Familiar, o município de Camocim de São Félix. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Bernardino Marchiô, Bispo da Diocese de Caruaru; George do Carmo Bezerra, Prefeito do Município de Camocim de São Félix; Sóstenes Rubano Neves Pontes, Vice-Prefeito do Município de Camocim de São Félix; Luciano José da Silva Assis, Vereador; Edimilson Gomes de Souza, Vereador; José Severino de Carvalho, Vereador; Emanuel Caetano de Meneses, Vereador; Ivanize Bezerra Fonseca, Vereadora; José Jacó Alves da Cunha, Vereador; Mailde Moura de Franca, Vereadora; Manoel Fernando do Nascimento, Vereador; Marlene Edite Batista da Silva, Vereadora; Pedro João dos Santos, Vereador; Sivaldo João da Silva, Vereador; Frei Ricardo Nunes de Barros, Administrador Paroquial.

Justificativa

A proposição que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa tem como finalidade desenvolver no município acima referido, as ações visando uma maior produtividade na Agricultura Familiar, através de técnicas agrícolas mais avançadas. Isto porque sabemos que o PRONAF é um programa dos mais efetivos no país, responsável por mais da metade da sua produção agrícola, e sua implementação aqui no estado será da maior importância para que a agricultura familiar se desenvolva ainda mais. Dando como justificada a nossa proposição, que consideramos como das mais justas, e oportunas para melhorar seus índices de crescimento, temos a certeza que o pleito contido em seu bojo, refletirá positivamente na economia do município e do estado. Ante tais considerações, e dando como justificada a propositura em pauta, vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares, na Casa Joaquim Nabuco, que a acolham a proposição no sentido de sua aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 3 de setembro de 2018.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 12259/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Turismo, Esporte e Lazer, **Felipe Carreras**, no sentido de ampliar a Promoção e o Desenvolvimento Participativo nas escolas da Rede Estadual de Ensino, no município de **Lagoa de Itaenga**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Paulo Jackson Nóbrega de Sousa, Bispo da Diocese de Garanhuns; Armando Duarte de Almeida, Prefeito do Município de Caetés; Severino Jose dos Santos, Prefeito do Município de Caetés; José Antônio da Silva, Vereador.

Justificativa

A indicação que ora estamos encaminhando a Mesa Diretora desta Casa Legislativa, tem como objetivo ampliar no referido município, a Promoção e o Desenvolvimento Participativo nas suas escolas. E nada melhor que incentivar a prática esportiva, de forma a ampliar o acesso de diferentes faixas sociais da sua população escolar. Sob nossa ótica, o atendimento desta proposição virá certamente contribuir para minimizar a vulnerabilidade social, tanto no município, quanto no próprio estado.

Assim sendo, é que estamos nos dirigindo às autoridades governamentais, solicitando o atendimento deste pleito, que como já mencionamos acima, é de extrema importância para diminuir em Pernambuco, a partir dos seus municípios, o abismo entre as classes sociais.

Dando como justificado a nossa indicação, é que vimos nos dirigir aos nossos ilustres pares nesta Casa legislativa, para que acolham devidamente o apelo, no sentido de sua aprovação em plenário.

Sala das Reuniões, em 3 de setembro de 2018.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 12260/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, **Wellington Batista**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania, o município de **Carnaíba**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom Egidio Bisol, Bispo; José de Anchieta Gomes Patriota, Prefeito; Jose Júnior Gomes Tenório, Vice-Prefeito; Irenildo Pereira dos Santos, Vereador Presidente da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Alex Mendes da Silva, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; José de Anchieta Marques Siqueira, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Antonio Joaquim de Andrade, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Antonio Ferreira do Nascimento, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Vanderbio Quixabeira da Silva, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Cicero Batista Lima, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Gleybson Roberto da Silva, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; José Adilson da Silva, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Aloisio Lisboa Silva, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Victor Esteves Patriota, Vereador da Câmara de Vereadores de Carnaíba; Miguel Nunes Neto, Padre Pároco; Daniel Gomes de Souza, Padre Vigário Paroquia.

Justificativa

A presente proposição tem como objetivo, incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares, especialmente mulheres e jovens, visando perspectivas de proporcionar-lhes sua profissionalização. Dessa forma, estaremos promovendo efetivamente o empreendedorismo rural no citado município.

A ação do empreendedorismo rural é algo da maior importância e que envolve um conjunto de atividades que levaram a uma crescente geração de empregos, possibilitando assim, um elevado desenvolvimento da agricultura familiar de forma mais ágil e efetiva.

Dando como justificada a nossa proposição, resta-nos solicitar dos nossos pares na Casa Joaquim Nabuco, sua devida acolhida no sentido de aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 3 de setembro de 2018.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 12261/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja enviado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, **Paulo Câmara**, ao Excelentíssimo Senhor Vice-Governador do Estado, **Raul Henry**, e ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Agricultura e Reforma Agrária, **Wellington Batista**, no sentido de incluir no Plano Operativo da Atividade Apoio à Inclusão Produtiva e Cidadania, o município de **Itambé**.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Dom. Francisco de Assis Dantas de Lucena, Bispo; Maria das Graças Gallindo Carrazzoni, Prefeita do Município de Itambé; Sandro Veloso de Melo Freitas, Empresário; Janete Maria Lima Dias, Vice-Prefeita do Município de Itambé; José Luís Targino de Moura, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Itambé; Ana Rita Chaves Marinho, Vereadora; Edvaldo Arruda de Melo, Vereador; Hamilton Moura de Araujo, Vereador; Antônio Dias da Silva, Vereador; Marcos Roberto Correia de Melo, Vereador; Mauricio Jose da Silva, Vereador; Severino Ramos Felix de Pontes, Vereador; Suely Ribeiro Barbalho, Vereadora; Antonio Ferreira da Silva, Vereador; José Carlos de Sousa do Nascimento, Vereador; Severino Filho, Pároco; Janio Manoel da Silva, Pedreiro.

Justificativa

A presente proposição tem como objetivo, incentivar e fortalecer a inclusão produtiva e social de agricultores familiares, especialmente mulheres e jovens, visando perspectivas de proporcionar-lhes sua profissionalização.

Dessa forma, estaremos promovendo efetivamente o empreendedorismo rural no citado município.

A ação do empreendedorismo rural é algo da maior importância e que envolve um conjunto de atividades que levaram a uma crescente geração de empregos, possibilitando assim, um elevado desenvolvimento da agricultura familiar de forma mais ágil e efetiva.

Dando como justificada a nossa proposição, resta-nos solicitar dos nossos pares na Casa Joaquim Nabuco, sua devida acolhida no sentido de aprovação em Plenário.

Sala das Reuniões, em 3 de setembro de 2018.

Ricardo Costa
Deputado

Indicação Nº 12262/2018

Indicamos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas às formalidades regimentais, que seja encaminhado **APELO** ao Tenente Coronel Paulo Matos, comandante do 19º batalhão da Polícia Militar, para que haja um aumento no quantitativo de rondas policiais no entorno da quadra esportiva do Jordão Alto.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Tenente Coronel Paulo Matos, Comandante do 19º batalhão da Polícia Militar; Paulo Henrique Saraiva Câmara, Governador do Estado de Pernambuco.

Justificativa

Encaminhamos a referida indicação de apelo atendendo a demanda de moradores da região que expressaram o sentimento de insegurança em relação ao pouco policiamento no entorno da quadra esportiva do Jordão Alto.

Conforme se sabe, a prática de esportes combate ao sedentarismo, diminui o risco de doenças e proporciona uma série de benefícios, como a melhoria do condicionamento físico, a redução do estresse e o desenvolvimento saudável do corpo e da mente. Ademais, garantir tranquilidade e segurança aos moradores para desfrutar desse espaço público não apenas oportuniza o acesso ao esporte e ao lazer, como também estimula o convívio social, promovendo a cidadania e a qualidade de vida.

Considerando a importância da questão, peço a aprovação da presente proposição.

Sala das Reuniões, em 3 de setembro de 2018.

Edilson Silva
Deputado

Requerimento

Requerimento Nº 5333/2018

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja consignado na ata dos nossos trabalhos um VOTO DE PESAR PELO falecimento do Sr. Natanael Henrique da Silva, conhecido como Sr NATAL, fato este ocorrido no dia em 28 de julho de 2018.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento a(o) Kenio Márcio de Carvalho Silva, Empresário; Maria Salete Carvalho, Empresária.

Justificativa

A proposição que hora estamos encaminhando à Mesa Diretora desta casa tem como objetivo homenagear postumamente o Sr. Natanael Henrique da Silva, conhecido como Sr NATAL. Nasceu em Triunfo em 24 de agosto de 1944 e faleceu em 28 de julho de 2018. Conhecido e dedicado comerciante das cidades de Triunfo e Serra Talhada, fundador do Grupo "NATAL" com atuação em setores de supermercado, transporte, Lojas de Home Center e Construção civil, empresas que atuam em todo estado de Pernambuco e estados vizinhos. Deixa um grande legado, para a esposa Sra. Salete Carvalho e os filhos Kenio, Kleber, Natanael Júnior e Kelma. Tendo sido uma referência na região do Sertão do Pajeú como exemplo de pai e empresário.

Sala das Reuniões, em 29 de agosto de 2018.

Alberto Feitosa
Deputado

Ata de Comissão

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2018.

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito, às doze horas, no Plenarinho III – Deputado Afonso Ferraz, localizado no Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar, nos termos regimentais e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, Deputado ROGÉRIO LEÃO (PR), reuniram-se os Deputados, membros titulares o Deputado JOÃO EUDES (PP) e o Deputado JOEL DA HARPA (PP), sob a presidência do Deputado ROGÉRIO LEÃO (PR). Observado o quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a Reunião Ordinária da Comissão de Negócios Municipais e convidou o Deputado Joel da Harpa para secretariá-lo, a quem passou a palavra para leitura da Ata da reunião anterior, e após lida colocou em discussão e em votação, sendo a mesma aprovada. Continuando, e de acordo com o edital, o Sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 2017/2018, de autoria do Poder Executivo, e passou a palavra ao seu Relator o Deputado João Eudes, para emissão de seu parecer, que foi pela aprovação, em seguida o Sr. Presidente colocou em discussão e em votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Continuando, o Sr. Presidente franqueou a palavra aos Deputados presentes que agradeceram e não fizeram uso da mesma, e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a Reunião. E, para que tudo conste, eu, George Monteiro Falcão, que secretariei os trabalhos, e lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.